

MOVIMENTOS SOCIAIS E AMAZÔNIA: DA DITADURA CIVIL-MILITAR AOS GRANDES PROJETOS DA ATUALIDADE

MILHOMENS, Lucas¹

GOHN, Maria da Glória²

Resumo: O presente artigo é resultado de pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e tem a intenção de fazer uma análise histórica do surgimento de diversos movimentos sociais existentes na Amazônia brasileira. Nesse sentido fizemos um mapeamento dos últimos cinquenta anos na região. Como ponto de partida analisamos a presença do governo civil-militar desde 1960 até o final da primeira década dos anos 2000. Defendemos a tese de que a presença desses agentes governamentais e suas políticas tem uma relação direta com o aparecimento de diversos grupos e movimentos sociais organizados.

Palavras-chave: Amazônia. Movimentos sociais. Ditadura civil-militar. Grandes projetos. Redes de mobilização.

Abstract: This article is a result of a doctoral research in the Postgraduate Program in Education of the State University of Campinas (Unicamp) and intends to make a historical analysis of the emergence of several social movements existing in the Brazilian Amazon. In this sense we have mapped the last fifty years in the region. As a starting point, we analyze the presence of the civil-military government in the region from the 1960s until the end of the first decade of the 2000s. We defend the thesis that the presence of these government agents and their policies has a direct relationship with the upsurge of various groups and organized social movements.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas, Campus Parintins. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: lucasmilhomensufam@gmail.com .

² Professora Titular Aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: mgohn@uol.com.br.

Keywords: Amazon. Social movements. Civil-military dictatorship. Great projects. Mobilization networks.

Introdução

Compreender a formação social da Amazônia e em especial seus “movimentos” é um exercício crítico de compreensão histórica da região. Para tal, acreditamos ser pertinente a utilização de referenciais bibliográficos que vão desde a aferição macroestrutural e econômica da formação social amazônica, passando pelo caráter colonial e predatório de sua exploração, das expressões culturais e identitárias de suas populações urbanas, rurais, tradicionais e indígenas, processo migracional, heterogeneidade de seus atores sociais e, mais recentemente, as estratégias utilizadas por essas organizações e movimentos sociais visando o enfrentamento a grandes projetos infraestruturais em curso na Amazônia.

Neste artigo buscamos analisar os principais motivos que contribuíram para a constituição dos movimentos e organizações sociais existentes na Amazônia brasileira. Para esse exercício fizemos um resgate dos elementos políticos, econômicos e sociais empreendidos na região, com ênfase nas últimas cinco décadas. Partimos do pressuposto de que no início dos anos de 1960, por meio de um golpe de Estado³, chega ao poder um governo civil-militar que direciona a região amazônica como fundamental para a integração e o desenvolvimento econômico do Brasil por meio da exploração de seus recursos naturais e humanos. Era necessário fazer com que a maior floresta tropical do mundo fosse inserida na economia nacional e internacional. Como apontam Batista (2007),

³ Golpe de Estado empreendido por forças militares com grande apoio de inúmeros segmentos da sociedade civil que legou ao Brasil vinte e um anos de ditadura (1964 a 1985).

Ab'Saber (2004), Correa (1997), Meggers (1987), Godim (2007), Becker (2005), Souza (2009), Ianni (1979) e Cardoso e Muller (1977) e Fonsêca (2018), a Amazônia é um espaço de grande potencial estratégico. Nela se encontram as maiores fontes de recursos naturais conhecidos hoje no mundo, sua dimensão continental e diversidade ecossistêmica, somadas a um secular abandono de políticas públicas por parte do Estado e dos governos locais fizeram com que a região durante muito tempo fosse “deixada à própria sorte”. Como afirma Pinto (1980, p.34), “terreno fértil para saqueadores ávidos pela exploração de incontáveis riquezas”.

A borracha como catalisador econômico e socio-cultural da Amazônia

Não é possível problematizar a Amazônia sem levar em consideração as mudanças provocadas pela intervenção do mundo capitalista, mais especificamente dos ciclos econômicos que envolveram (e moldaram) a região. A partir da segunda metade do século XIX, uma substância nativa da floresta ganhou a atenção do planeta. Extraída da seringueira,⁴ a borracha (ou látex) inauguraria uma nova era para a Amazônia.

Domesticada pelos indígenas da região, a referida goma elástica passou milhares de anos sendo usada de forma rudimentar para confecção de pequenos objetos, como sapatos, bolsas e bolas de borracha. Segundo Bueno (2012), há relatos de que, durante o período de colonização, os europeus comercializavam pequenas quantidades do produto com os povos nativos e outros estrangeiros, mas nada em grande escala.

Entre o final do século XIX e início do XX, o capitalismo atingia uma nova fase, em que a financeirização e os monopólios corporativos começavam a surgir sob o formato de grandes empresas transnacionais.

⁴ Cientificamente denominada de *Hevea brasiliensis*.

A indústria emergia em todo o mundo e a produção de mercadorias começava a circular de forma mais ampla e sistemática, no intuito de suprir as demandas de várias sociedades capitalistas emergentes (WOOD, 2003).

Nesse contexto, países centrais que coordenavam as estruturas do sistema econômico (da Europa à América do Norte, em especial Inglaterra e Estados Unidos) precisavam de matéria-prima advinda de nações periféricas como o Brasil (em sua maioria com um passado colonial e escravagista). Novas tecnologias surgiram e criaram necessidades até então inexistentes. Entre elas, um setor se destacava de forma ímpar – o automobilístico, o qual, à medida que ia sendo aperfeiçoado, criava novas peças e utensílios, para as quais quase sempre precisavam de um acessório comum para garantir sua eficiência e qualidade: o látex.

Assim, a borracha logo iria ao encontro de uma demanda mundial dos mais diversos produtos, tornando-se a “menina dos olhos” da até aquele momento frágil e incipiente economia brasileira. Segundo Cardoso e Muller (1977, p. 16), “o ciclo da borracha nasce e se desenvolve tendo como objetivo baratear, via imposição de preços coloniais à borracha, o capital constante utilizado nos empreendimentos industriais das novas potências mundiais”.

A partir desse momento, os olhos das nações capitalistas mais importantes do mundo se voltam para a Amazônia. Dela se podia extrair o produto que seria o “fiel da balança” em quase todo tipo de artefato industrial que era criado, inclusive os de cunho bélico – propulsores estes de uma demanda do produto em escala planetária e emergencial advinda com as duas guerras mundiais do século XX.⁵

A borracha entra como moeda redentora que tiraria a região da estagnação política e comercial presente desde o processo colonial

⁵ A I Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, e a II Guerra Mundial, entre 1939 e 1945.

empreendido pelos portugueses. E assim aconteceu. O capitalismo chegara à Amazônia e a mudaria por completo, não só econômica, mas social e culturalmente.

Acoplado à borracha, o capital mercantil e o capital industrial exerceram seu poder devastador, ajudaram a mudar as mentalidades, destruíram culturas, forçaram o homem a encarar-se e a tomar consciência. Na dança frenética da modernidade, escravizaram-se homens, fortunas cresceram com a mesma rapidez com que desapareceram, tangidas pelas ações das indústrias da borracha. Da manufatura dos bicos das mamadeiras aos pneus dos aviões durante a guerra, a borracha se faz presente e desvenda a intrincada burocracia na distribuição das cotas e a correlação de forças entre as nações em conflito (GODIM, 2007, p. 258).

Segundo Souza (2009, p. 274), os ciclos da borracha⁶ fizeram com que a Amazônia se modificasse profundamente. “A economia do látex quebrou o isolamento e buscou integrar a região ao mercado internacional”. A partir dela, também houve a maior transformação de toda a sua história, “a mudança do perfil populacional, provocado pelas inúmeras levas de imigrantes que chegaram atraídos pelas riquezas da borracha e pela necessidade de mão de obra”. Foi assim no final do século XIX e, mais tarde, na metade do século XX com as propagandas governamentais do Estado Novo convocando os “soldados da borracha” para a Amazônia⁷. Isso, segundo Ribeiro (1995), em todas as suas etapas

⁶ O primeiro ciclo deu-se entre 1879 e 1912, quando a Amazônia detinha o monopólio da produção de borracha mundial. Ele é simbolizado pela tentativa de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré no atual Estado de Rondônia, que pretendia escoar a produção de borracha por via terrestre. O segundo ciclo da borracha aconteceu entre os anos de 1942 e 1945, durante a II Guerra Mundial, quando os japoneses invadiram a Malásia e detiveram o controle da maior produção de látex da época, fazendo com que as potências aliadas do Ocidente se voltassem novamente para a borracha da Amazônia.

⁷ Soldados da Borracha foi o nome dado aos brasileiros que, entre 1943/1945, foram alistados e transportados para a ^{Amazônia} pelo órgão do Estado Novo de Getúlio Vargas, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), com o objetivo de

históricas, levou meio milhão de pessoas à região.

Godim (2007) explica também que esse contingente de pessoas era totalmente órfão de políticas sociais em um País que estava dando seus primeiros passos como República, incentivando milhares de nordestinos a migrarem para a Amazônia, fugindo da miséria em busca de uma vida melhor, atraídos por uma ampla propaganda governamental. Isso levou esse contingente populacional a ir se integrando gradativamente à região, incorporando seus hábitos, cultura e matriz étnica, como também levando sua carga cultural e biológica de forma intrínseca, fazendo com que a sociedade amazônica se transformasse profundamente ao longo dos anos, alterando suas feições e ampliando sua(s) cultura(s).

Seus habitantes, até aquele momento majoritariamente compostos por indígenas, caboclos, negros e poucos descendentes de portugueses, agora se misturariam à grande massa nordestina que ia ocupando também o “sertão profundo” da floresta e a miríade de seus rios. Suas histórias começam a se juntar a outra, o que amplia a complexidade das relações sociais existentes no contexto amazônico, fazendo com que a região comece a se tornar multicultural e diversificada, plasmando uma heterogeneidade ainda hoje pouco conhecida pelo restante da sociedade brasileira.

Governo civil-militar e os grandes projetos amazônicos

Acreditamos que a mudança de políticas estruturais na Amazônia brasileira teve início a partir dos anos 1960, com a chegada do governo civil-militar ao poder.⁸ É neste momento que uma série de medidas

extrair borracha para os Estados Unidos na II Guerra Mundial.

⁸ Adotamos o termo Governo “Civil-Militar” para este trabalho por acreditarmos que o Golpe de Estado empreendido em 1964 teve como principais articuladores e executores forças ligadas não somente aos militares brasileiros, mas também a inúmeros grupos

governamentais muda por completo a geopolítica do imenso território, fazendo com que seus moradores – e os milhares de outros imigrantes que se deslocariam nos anos seguintes para a região via projetos governamentais – mudassem suas vidas por completo.

Duas décadas antes, em 1940, com o crescente processo de industrialização e ampliação do mercado nacional, várias medidas governamentais começaram a surgir no sentido de ampliar o potencial econômico do país. Era necessário integrar as regiões ao mercado consumidor interno e internacional. Anos mais tarde, no início dos anos 1960, em um breve período democrático (advindo com uma conjunção de fatores políticos e sociais) caminhava-se, até certo ponto, para uma reforma de bases concretas que visava a minimizar as desigualdades sociais e as contradições extremas que faziam parte da realidade brasileira desde sua colonização.⁹

A partir desse momento a realidade da região amazônica começou a mudar. Os ideólogos ligados aos militares entendiam a região como espaço propício para a integração e o desenvolvimento econômico do Brasil: era necessário fazer com que a maior floresta tropical do mundo fosse inserida na economia nacional e planetária.

Nessa direção, segundo Ianni (1979), o governo da época pensava a Amazônia como um espaço de grande potencial estratégico. Para que isso acontecesse, o primeiro passo era integrar a região ao restante do País; o segundo, ocupá-la de forma ampla e sistemática e, por fim, extrair suas riquezas da maneira mais eficiente possível. À primeira vista e a olhos menos atentos, uma ideia positiva. Como explicam Castro (2009) e Kohlhepp (2002), pela primeira vez na história do Brasil, pensava-se a civis conservadores que compunham a sociedade nacional, como fartamente foi comprovado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2017.

⁹ Referimo-nos às reformas de base anunciadas pelo presidente João Goulart e interrompidas pela ditadura civil-militar.

região de forma efetivamente inclusiva.¹⁰

No entanto, como os fatos mostram posteriormente, essa mudança de foco por parte do Estado brasileiro e a série de projetos que foi planejada e implantada pelo *establishment* agravaram substancialmente as contradições existentes na região. Elas as ampliaram de tal forma que fizeram brotar, em consequência de tais medidas, uma ampla e complexa rede de atores e movimentos sociais que anos mais tarde seriam centrais para as lutas e os processos de resistência estabelecidos na Amazônia contemporânea.

Para uma melhor compreensão do que foi essa mudança estrutural, Loureiro (2005) e Pinto (1980) explicam que até os anos 1960 as terras amazônicas pertenciam, sobretudo, à União e aos estados. Foram exploradas ao longo dos séculos por centenas de milhares de “caboclos, ribeirinhos e posseiros que viviam do extrativismo vegetal e animal preservando as matas e seus rios”, sendo a disputa e o conflito por terra integrados por um número insignificante de personagens, já que o conceito de “propriedade privada” era abstrato e distante na região àquela época.

Para suprir essa demanda o governo federal cria a “Operação Amazônia”, um amplo projeto que tinha como objetivo resolver os “diversos problemas econômicos e sociais da região”.

A “Operação Amazônia”, organizada como tirocínio militar, mobilizou fundos públicos e privados. A intenção era mostrar a habilidade do novo sistema político em levar adiante o desenvolvimento como

¹⁰ É importante ressaltar que, antes das medidas planejadas pelo governo civil-militar a partir dos anos 1960 para a Amazônia, algumas iniciativas já haviam sido pensadas para o desenvolvimento da região, como, por exemplo, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-plano-de-valorizacao-economica-da-amazonia-spvea>. Acesso em: 30 mar. 2018.

uma potência-líder do “terceiro mundo” por meio de novas estratégias para explorar o seu potencial econômico, mesmo em regiões com condições naturais adversas e sérios problemas logísticos. (KOHLHEPP, 2002, p. 37).

Em síntese, foram projetos como o da abertura da rodovia Transamazônica, o inventário hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu (e o planejamento de várias hidrelétricas pensadas para barrar os rios da região), a criação da Zona Franca de Manaus (visando a impulsionar o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental com base em isenções fiscais para centenas de multinacionais do setor elétrico-eletrônico), a campanha massiva de ocupação de vários estados da região (com o lema “homens sem-terra para uma terra sem homens”¹¹), arregimentando milhares de famílias em todo o Brasil no intuito de “colonizar” a floresta e torná-la habitável.

E, em consonância com todas essas medidas anteriores, o incentivo à criação de polos econômicos na região – o Polamazônia –, viabilizando um investimento maciço na extração mineral em larga escala com base na presença de grandes corporações estatais e privadas, juntamente com o incentivo a criadores extensivos de gado para abastecer o mercado nacional e internacional. Essa foi a inserção definitiva da expansão capitalista na Amazônia moderna, como apontam Cardoso e Muller

A penetração geográfica na Amazônia e a história da região devem ser vistas, portanto, em relação com o processo de expansão do capitalismo, em função da forma, ritmo e volume da acumulação ocorrida nas demais regiões brasileiras. Como, entretanto, o capital nada mais é do que uma relação social, a expansão do capitalismo na Amazônia depende da forma concreta que aquela relação social assume. Para análise, são

¹¹ Slogan da peça publicitária divulgada para atrair as famílias sem-terra para a região amazônica.

relevantes tanto o pioneirismo típico da Amazônia – a rudeza da relação direta terra-homem e a violência da relação entre homens – como o contexto político em que ocorre a ocupação de sua área (CARDOSO; MULLER, 1977, p. 1).

Todas essas medidas alteraram completamente o panorama econômico e social da Amazônia brasileira, modificando a relação do Estado com a região e de seus antigos e novos moradores. Oliveira (1987, 1994, 2001) afirma que a ocupação recente da Amazônia é, pois, síntese e antítese de um processo violento, ampliado em demasia pela política governamental da época que se expressava nos diversos conflitos sociais surgidos a partir dessas mudanças.

Ocorreram questões como a construção de grandes hidrelétricas e suas populações afetadas (sobretudo os povos indígenas), o crescimento da grilagem de terra (em consequência da distribuição assimétrica feita pelo Governo Federal), a mineração predatória e desorganizada (como aconteceu em Serra Pelada e em outros lugares abertos ao garimpo), juntando-se à oficial e homologada pelo Governo Federal com as grandes corporações mineradoras como a Vale (antiga Vale do Rio Doce) no Projeto Grande Carajás, a extração legal e ilegal de madeira e devastação da floresta para criação extensiva de gado, os conflitos agrários envolvendo populações sem-terra e latifundiários, e a ameaça constante a terras indígenas por parte de fazendeiros, garimpeiros e do próprio Estado.

O novo reordenamento territorial e político da Amazônia conduzido pelo governo civil-militar a transforma completamente. Ele é o carro-chefe de uma diversificada “sobreposição de conflitos sociais” que ampliou exponencialmente a violência na região, fazendo milhares de vítimas a partir de “projetos megalomaniacos”, de acordo com Oliveira (2001).

A partir de 1972 foi na Amazônia que se concentrou o maior número de assassinatos no campo, embora continuassem presentes também no Nordeste e no Centro-Sudeste. A década de 70 foi marcada sobretudo pela luta dos posseiros na Amazônia. O governo militar, com sua política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários, de um lado, e de outro fomentando, também na Amazônia, a colonização como alternativa à Reforma Agrária nas regiões de ocupação antiga (NE, SE e S), criou o cenário para a violência. Os empresários, para ter acesso aos incentivos fiscais, tinham de implantar seus projetos agropecuários na região, que estava ocupada pelos povos indígenas e, em determinadas áreas, pelos posseiros. Muitos foram os conflitos violentos. Os povos indígenas foram submetidos ou ao genocídio ou ao etnocídio. Aos posseiros não restou melhor sorte: ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia, ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região. (OLIVEIRA, 2001, p. 191).

A presença civil-militar na Amazônia é “uma história contada por milhares de mortes, violência, total desrespeito às leis, destruição do meio ambiente, agressões à população nativa, desmandos administrativos, corrupção e crimes de toda a espécie”, como analisam Cardoso e Muller (1977, p. 51). Na mesma linha de argumentação, Chaves e Barros (2008, p. 1) avaliam que a presença governamental na região a partir dos anos 1960 “deixou marcas deletérias sobre o espaço e os povos amazônicos”, cujos impactos intensificaram-se nos “ecossistemas regionais e na organização sociocultural das populações”.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Castro (2012, p. 59) afirma que a Amazônia “torna-se um espaço de repercussão das dinâmicas nacionais, da intervenção de megaprojetos que acabam por desestruturar uma dada ordem social e ambiental existente, disponibilizando novas fronteiras

de terras e recursos naturais”. É o que a autora chama de “programas neocoloniais”, refazendo discursos e priorizando estratégias geopolíticas de dominação em detrimento de culturas e etnias existentes na região.

Políticas para a Amazônia na atualidade

Mesmo com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira e o processo de redemocratização dos últimos anos no País, não houve grandes mudanças nas diretrizes políticas pensadas para a Amazônia. As democracias liberais que se seguiram se limitaram a repetir as fórmulas anteriores de uma maneira mais bem elaborada, em que megaprojetos (sobretudo na área de transporte, energia e telecomunicações), concomitantemente com governos da América do Sul, viabilizavam uma nova fronteira de matérias-primas para serem comercializadas com o restante do planeta, as *commodities* no contexto da mundialização do capital.

Seguindo essa orientação, nas últimas décadas houve uma retomada de diversos investimentos na região amazônica que aprimoraram o sistema de produção e escoamento de recursos naturais e primários. Os governos brasileiros que se sucederam após a reabertura política da segunda metade dos anos de 1980 incentivaram a exploração da Amazônia em diversos campos, desde a produção e comercialização do petróleo, do gás natural, extração de madeira, da criação de gado e uma gama enorme de produtos agrícolas, sobretudo o incentivo à produção de monoculturas como a soja e a cana-de-açúcar.

Acoplada a esses produtos, a extração mineral, juntamente com a produção de energia hidrelétrica acompanhada da implantação de redes de infraestrutura (barragens, estradas, portos etc.), fazem com que a Amazônia se torne a mais importante fronteira internacional das

commodities na atualidade, gerando profundos impactos socioambientais e conflitos sociais.

Garzon (2007, p. 7) destaca que essa relação atualmente faz parte de um conjunto de enclaves e um “ciclo de grandes projetos de infraestrutura que pretende submeter a Amazônia a um novo reordenamento territorial, diretamente vinculado às instituições financeiras internacionais e aos setores primário-exportadores”. Para Svampa (2013) essa conjuntura representa um “consenso das *commodities*”, consequência direta da exploração capitalista em países subdesenvolvidos como o Brasil e em especial na região amazônica.

El “Consenso de los *Commodities*” subraya el ingreso de América Latina en un nuevo orden económico y político-ideológico, sostenido por el *boom* de los precios internacionales de las materias primas y los bienes de consumo demandados cada vez más por los países centrales y las potencias emergentes. Este orden va consolidando un estilo de desarrollo neoextractivista que genera ventajas comparativas, visibles en el crecimiento económico, al tiempo que produce nuevas asimetrías y conflictos sociales, económicos, ambientales y político-culturales. Tal conflictividad marca la apertura de un nuevo ciclo de luchas, centrado en la defensa del territorio y del ambiente, así como en la discusión sobre los modelos de desarrollo y las fronteras mismas de la democracia. (SVAMPA, 2013, p. 1).

Nesse sentido, as consequências da exploração da Amazônia por meio da extração das *commodities* de ontem e de hoje também são apontadas por Castro (2012, p. 46) como um dos principais motivos para a organização de populações locais “com suas práticas sociais e saberes relativos ao território, produzindo leituras a partir de movimentos sociais e étnicos”, e revelando também “processos de dominação incorporados ao modo de implantação de projetos de infraestrutura e às práticas de

agentes que violam direitos sociais e promovem a desterritorialização de populações tradicionais”.

Todas essas questões têm gerado uma grande reação à política de desenvolvimento implantada pelo Governo Federal e iniciativa privada na Amazônia contemporânea. Mais especificamente desde o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e seu programa “Avança Brasil”, até os últimos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) nas duas primeiras décadas dos anos 2000, tendo como projeto central o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).¹²

Histórico dos movimentos sociais amazônicos

Pinto (2008, p.31) afirma que há série de forças (políticas, econômicas e sociais) que atuam no sentido de “produzir o atraso” para a região amazônica, como um “um investimento sistemático e permanente na manutenção e crescimento das desigualdades”. Tal relação vai ao encontro das características apontadas por Gohn (2014) e Scherer-Warren (2008) no que se refere à constituição dos movimentos sociais da América Latina e em especial na Amazônia, onde seu passado colonial (escravista e monocultor de intensa exploração), patriarcal (com forte influência autoritária, clientelista e populista), religioso (com a hegemonia do catolicismo e de seus valores no processo de formação) e de intensos conflitos agrários (em decorrência de uma ampla concentração fundiária) *são alicerces fundantes da sociedade.*

Nesse sentido, a partir de dezenas de intervenções políticas, sociais e econômicas na região nos últimos cinquenta anos, observamos o surgimento de diversos atores e movimentos sociais. Nesse ínterim a Igreja Católica teve papel crucial na formação dessas organizações no Brasil contemporâneo e na Amazônia em especial. A partir dos anos

¹² Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 11 de jun.2017.

1960, após o Concílio Vaticano II¹³ e da Conferência de Medellín¹⁴, uma nova perspectiva ideológica surgiu no seio de suas estruturas: a Teologia da Libertação. Atuando principalmente na América Latina, suas novas diretrizes materializavam a “opção pelos pobres” e o enfrentamento às desigualdades sociais explícitas no modelo de desenvolvimento capitalista. Indo ao encontro dessas novas diretrizes estabelecidas pelo alto clero da Igreja, um setor progressista dentro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) favoreceu a criação de duas importantes entidades que começaram a atuar de maneira próxima a povos tradicionais, trabalhadores rurais e indígenas: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Missionário Indigenista (Cimi).

Como afirma Almeida (2014, p. 71), novas diretrizes são formuladas dentro do catolicismo incentivando os religiosos a “se vincularem às circunstâncias concretas em que desenvolviam sua ação pastoral, definindo a miséria do mundo como um dos desafios da Igreja”. Essa “missão” se espalhou por toda a América Latina e na Amazônia teve um caráter especial: foi embrião de vários outros movimentos organizados que surgiram com o apoio dos religiosos, que seguiam as “resoluções dos Concílios delineando um novo repertório de práticas simbolizadas pelo chamado “*aggiornamento*”¹⁵ com os novos tempos”, estimulando dessa forma uma descentralização do poder por parte dos clérigos e apoiando a formação de Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs)¹⁶.

¹³ O Concílio Vaticano II (CVII), XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, foi convocado no dia [25 de dezembro](#) de [1961](#), através da [bula papal](#) “*Humanae salutis*”, pelo [Papa João XXIII](#).

¹⁴ Conferência que aconteceu na cidade de Medellín na Colômbia em 1968 e reuniu clérigos da Igreja Católica de toda a América Latina.

¹⁵ *Aggiornamento* é um termo italiano que significa adaptação aos novos princípios católicos relacionados ao mundo, difundidos durante o Concílio Vaticano II.

¹⁶ As CEBs consistiam em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial e de necessidades comuns, compostas principalmente por membros das classes populares, vinculadas a uma igreja ou a uma comunidade religiosa com fortes vínculos, tendo como objetivo articular a realidade social (e suas contradições) com os

Um elemento que permeou (e permeia) a história da formação social brasileira diz respeito a sua concentração fundiária ou, em outros termos, à questão da reforma agrária. As comunidades religiosas de base radicadas na Amazônia foram importantes espaços de formação para diversos grupos que mais tarde tornaram-se significativos movimentos sociais organizados. Dos exemplos que podem ser citados mencionam-se desde o fortalecimento de sindicatos rurais e outras organizações representativas, até o surgimento, na região, de diversos movimentos de trabalhadores rurais sem-terra.

Em sincronicidade com o movimento religioso-progressista, atuaram também na Amazônia, no início dos anos 1970, grupos políticos de esquerda: militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e, a partir dos anos 1980, integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT).

Essas organizações influenciaram uma série de grupos e movimentos. Especificamente durante a ditadura civil-militar, o PC do B, que se encontrava na ilegalidade, priorizou o enfrentamento direto contra o governo com base numa resistência e luta armada. Surgia a “Guerrilha do Araguaia”, movimento armado composto em sua maioria por estudantes e profissionais de classe média que atuaram na região conhecida como Bico do Papagaio,¹⁷ marcando indelevelmente uma parte considerável da Amazônia e vários movimentos sociais que vieram posteriormente.

Nesse momento o partido passou a enviar para a região jovens radicados em centros urbanos. Suas primeiras tarefas eram de ambientação à vida da floresta, conhecimento da população e estruturação básica da guerrilha. Seus militantes deveriam aprender e se infiltrar junto aos camponeses que residiam nos municípios próximos, visando a conhecer estudos bíblicos.

¹⁷ Macrorregião composta pelos estados do Tocantins, Maranhão e Pará.

profundamente o modo de vida dessas populações (PEIXOTO, 2011). A construção dessa relação acabou influenciando uma série de pessoas que anos mais tarde foram responsáveis pela criação de vários sindicatos rurais e outras formas de organização civil, ainda no período da ditadura civil-militar (que perdurou até 1985), principalmente entre o Norte goiano (atual Tocantins), o Sudeste paraense e o Sul do Maranhão.

Além do legado dos militantes partidários do PC do B no Araguaia amazônico, outro partido político que esteve muito presente a partir dos anos 1980 na região foi o PT, criado primeiramente a partir de uma conjunção de forças progressistas de esquerda (que iam desde religiosos católicos ligados à Teologia da Libertação, sociais-democratas e antigos membros de partidos comunistas) atuantes em pleno processo de abertura política e redemocratização do Brasil. Suas atividades já não eram consideradas ilegais, o que não necessariamente diminuiu a violência contra seus integrantes e a inserção de suas ações políticas na sociedade amazônica. Exemplos como o assassinato do Padre Josimo Moraes Tavares¹⁸ e do seringueiro Chico Mendes¹⁹ são exemplos da reação e da violência com que forças conservadoras – sobretudo ligadas ao agronegócio e ao latifúndio – atuam na Amazônia de ontem e de hoje.

¹⁸ Pe. Josimo foi assassinado a tiros em 1986 na cidade de Imperatriz (MA). Além de militante do PT, era também coordenador regional da CPT e havia denunciado uma série de latifundiários na região conhecida como Bico do Papagaio (entre o Pará, Tocantins e Maranhão). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519890-padre-josimo-tavares-27-anos-de-martirio>. Acesso em: 28 set. 2017.

¹⁹ O ativista ambiental, sindicalista, seringueiro e militante do PT Chico Mendes foi assassinado em 1988 devido às denúncias que havia feito contra fazendeiros que grilaram terras na região de Xapuri, no Estado do Acre. Disponível em: <http://memorialchicomendes.org/chico-mendes/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Movimento(s) e organizações indígenas na Amazônia

No Brasil é na Amazônia legal que está localizada a maioria dos povos e territórios indígenas do País. Segundo o último censo realizado em 2010, existem 430 mil indígenas morando na região, acomodados em zonas urbanas e rurais, vivendo mais de 70% desse percentual em territórios oficiais.²⁰ Logo, a região é o palco dos principais conflitos envolvendo as organizações e os movimentos indígenas contemporâneos e questões relacionadas à defesa de sua cultura e modo de vida.

Para Ortolan Matos (2006, p. 34), os indígenas brasileiros só começaram a se articular como movimento organizado a partir da década de 1970, pelo que a autora denomina de “movimento pan-indígena de organização pluriétnica em defesa de direitos dentro do Estado brasileiro”. Essa organização, segunda a autora, foi apoiada pela Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação, setor religioso que viabilizou o encontro de indígenas em assembleias multiétnicas, “contribuindo para que os grupos indígenas identificassem a estrutura de poder da sociedade nacional”. Essa relação moderna entre indígenas organizados e Igreja Católica progressista fez com que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criasse, ainda nos anos de 1970, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão católico responsável por atuar e apoiar diretamente os povos tradicionais e indígenas do Brasil.

Como aponta Larcerda (2017), a participação de grupos indígenas no processo de redemocratização do País acabou criando condições para surgimento de uma série de entidades de representação dos povos indígenas no Brasil. Articulando associações em toda a Amazônia, como exemplo temos a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a

²⁰ Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>. Acesso em: 11 set. 2017.

Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), a Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal e Região (Arpipan), a Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpinsudeste), a Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul), a Grande Assembleia do povo Guaraní (Aty Guassu) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

Alguns anos mais tarde, outro marco histórico do movimento indígena no Brasil e na Amazônia foi a promulgação da Constituição da República de 1988, garantindo a esses povos vários direitos em uma legislação progressista que visava a defesa e oficialização de seus territórios, indo ao encontro da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em 1989 um momento importante para a organização indígena na Amazônia foi a realizado o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu na cidade de Altamira (PA). O evento reuniu cerca de três mil pessoas entre indígenas, jornalistas, representantes institucionais e entidades não governamentais e visava questionar a degradação da região amazônica e o então complexo hidrelétrico de Kararaô que seria construído para barrar as águas do rio Xingu que anos mais tarde foi retomado com nova roupagem por da Hidrelétrica de Belo Monte.

Mais recentemente, a partir da construção de grandes obras de infraestrutura na região, elaboradas nas últimas duas décadas por meio do PAC, muitos impactos foram sentidos diretamente por esses povos. Nessa direção Verdum (2012) analisa que algumas das maiores consequências da implantação desse programa na Amazônia para os povos indígenas estão diretamente ligadas, entre outras coisas, à construção de usinas hidrelétricas.

Várias obras de infraestrutura contidas no PAC provocarão transformações nos modos de vida e nos territórios onde vivem grupos

étnicos que se reconhecem e são reconhecidos pela população no seu entorno e pelo Estado brasileiro como Povos Indígenas. As medidas recentes de fortalecimento das estratégias estatais e privadas de “aceleração do crescimento” – o PAC e o Plano Nacional de Logística Integrada, particularmente – aceleram também os impactos e transformações nas dinâmicas territoriais. Ao menos 43 obras [...] programadas para a Amazônia brasileira afetam uma ou mais de uma Terra Indígena, direta ou indiretamente, seja ao território, seja à população que vive nela. (VERDUM, 2012, p. 23).

O Instituto Socioambiental (2009), a partir de dados georeferenciados, destaca uma “sobreposição de ameaças” aos povos indígenas da Amazônia, advindas com uma infinidade de projetos que, de uma forma ou de outra, já estão gerando inúmeros impactos socioambientais. São ameaças que vão desde o desmatamento florestal, viabilização de grandes rodovias federais e estaduais, atividades de mineração, exploração de combustível fóssil (gás e petróleo) e a já citada construção de barragens hidrelétricas e outros grandes empreendimentos infraestruturais na Amazônia.

Movimento de mulheres na Amazônia

Um significativo número de movimentos sociais que atuam na Amazônia tem influência direta da Igreja Católica ligada à Teologia da Libertação e seus missionários atuantes na região. É o caso de algumas das mais importantes organizações sociais existentes nessa parte do País: o movimento de mulheres.

A partir dos anos 1970 as lutas relacionadas às questões das mulheres em parte significativa da Amazônia têm seu momento crucial com a implantação de um dos principais projetos infraestruturais da

época: a BR 230 ou, como ficou popularmente conhecida, a rodovia Transamazônica. A construção dessa obra foi ao encontro de uma política de expansão e colonização defendida pelo Governo Federal à época responsável pela geração de uma série de conflitos socioambientais, tanto no campo como na cidade.

As primeiras pautas e reivindicações dos grupos organizados de mulheres diziam respeito à luta pela garantia de direitos básicos fundamentais, demandas como saúde, alimentação, educação e segurança. Conforme explica Paiva (2010), eram mulheres das mais diversas origens e segmentos, trabalhadoras rurais, extrativistas, seringueiras, pescadoras, ribeirinhas e indígenas. Estavam unidas pela necessidade do acesso a serviços de saúde, alimentação digna, luta contra a violência e uma série de outras questões.

A maioria dessas mulheres começou sua vida política atuando na Igreja Católica, muitas delas trilharam caminhos próprios e colaboraram com a criação de importantes movimentos sociais que ajudaram na formação política de centenas de pessoas. Dois exemplos dessa luta são, entre os anos de 1980 e 1990, o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) e o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX). De uma mesma origem comum, esses grupos se tornaram importantes instrumentos de combate à violência e outras formas de opressão presentes nessa região, inspirando outros atores sociais e diversas lutas que estariam por vir.

Atualmente há diversos movimentos de mulheres em toda a Amazônia. Destacamos nesse trabalho os grupos que atuam no Estado do Pará, mais especificamente na região de Altamira, cidade conhecida como a “capital da Transamazônica” e que abriga hoje o maior empreendimento construído pelo Governo Federal (por meio do Programa de Aceleração do Crescimento) nas últimas duas décadas: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Movimentos sociais e redes de mobilização no contexto da Amazônia contemporânea

Defendemos a tese de que há hoje na Amazônia uma rede de movimentos sociais composta por atores locais, regionais, nacionais e internacionais. Organizados por diretrizes e bandeiras que são similares, mas não necessariamente iguais. São responsáveis pela visibilidade e organicidade de lutas coletivas na Amazônia, promovendo reuniões com especialistas, debates, encontros e produções midiáticas por meio de parcerias com jornalistas e veículos de comunicação, além de denúncias visando ações jurídicas contestatórias contra inúmeros projetos que vêm sendo desenvolvidos na região. Essas organizações e entidades são, em grande medida, o que chamamos de redes de mobilização. “Redes constituídas por redes”, como ponderam Scherer-Warren (2006) e Castells (2013), articuladas por sujeitos coletivos em torno de valores e projetos comuns e identitários, solidários entre si e combatentes a “situações sistêmicas antagônicas”. Uma ampla composição de grupos e indivíduos que atuam colaborativamente, em um sistema de inter-relação social com capacidade de articulação e rearticulação permanente. Fazendo com que novos repertórios de resistência sejam criados com base na utilização de uma grande mobilização presencial e de uma permanente articulação virtual via ferramentas comunicacionais geradas com a utilização da Internet e da rede mundial de computadores.

Essas redes de mobilização que atuam na Amazônia têm uma complexa e heterogênea constituição. Dela fazem parte setores religiosos progressistas, universitário-acadêmicos, jurídico-institucionais, movimentos sociais distintos e organizações não governamentais (ONGs). Tais organizações promovem debates e ações sobre a defesa do meio ambiente, das questões indígenas e os diversos temas que

circundam (e ameaçam) a Amazônia. Em sua maioria atuam em redes de parceria global, ou seja, espaços transnacionais de articulação, compostos por inúmeras frentes, fóruns e entidades internacionais que agregam movimentos e organizações sociais em várias partes do mundo. Um exemplo é o movimento ambientalista, que desde os anos de 1990 atua sistematicamente na região. Esses grupos têm como prioridade ações de cunho midiático de grande visibilidade internacional, em geral participam de campanhas e “ações diretas”²¹ em parceria com outros sujeitos e grupos, buscando dar visibilidade as pautas relacionadas aos temas que defendem.

Uma característica importante vinculada a esses movimentos sociais e suas redes de mobilização está relacionada à utilização de ferramentas digitais de comunicação via rede mundial de computadores. Esses recursos são essenciais para a divulgação das pautas desses movimentos, na articulação de protestos e na produção de material educativo e propagandístico. Castells (2013) assinala o importante papel executado por essas redes mobilizadoras e seus usuários, sobretudo no que diz respeito a uma retroalimentação permanente das pautas e bandeiras de luta. Para ele, a internet não é apenas uma “nova ferramenta comunicacional”, mas um método de mobilização social em rede, ancorado em práticas horizontais e na busca por autonomia e identidade. Observamos essas características de atuação e mobilização em rede com base em vários movimentos que atuam no contexto amazônico e na luta contra grandes projetos desenvolvidos na região e seus impactos socioambientais.

Um exemplo da articulação dessas redes materializou-se com as ocupações do canteiro de obras de Belo Monte ocorridas em 2012

²¹ Denominamos de “ações diretas” o método político de intervenção capaz de gerar grande visibilidade midiática e apelo da opinião pública, como a obstrução temporária de ações governamentais ou privadas que ameacem o meio ambiente e suas populações.

e 2013, como afirmam Oliveira e Cohn (2014). A primeira deu-se após uma ampla articulação entre movimentos sociais que levaram cerca de 200 indígenas para interditar o principal canteiro de obras da hidrelétrica. Eles reivindicavam a suspensão imediata de todas as obras e estudos relacionados à construção de barragens nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires. Além de chamar a atenção das autoridades internacionais que estavam no Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20²².

Em 2013, um protesto semelhante levou dezenas de índios da etnia Munduruku (alarmados com a possibilidade da construção de outro projeto hidrelétrico em suas terras, o Complexo Hidrelétrico de Tapajós) a paralisar, novamente, as obras de Belo Monte. Além dos indígenas, uma série de trabalhadores urbanos e rurais, ribeirinhos e outros movimentos sociais da região participaram das atividades que tiveram grande repercussão midiática.

Além desse tipo de mobilização direta, outros formatos de articulação são desenvolvidos por esses atores sociais. Como há uma grande heterogeneidade de ativistas e grupos, há um leque de ações que vão desde a realização de pesquisas (com apoio de uma vasta rede de especialistas em vários campos do conhecimento), publicação de documentos (muitos deles resultados diretos destas pesquisas e trabalhos acadêmicos), organização de eventos regionais, nacionais, internacionais e apoio material para a produção de filmes e documentários. Nesse sentido destacamos as produções: “A message from Pandora”²³, uma denúncia sobre a destruição da floresta amazônica pelo cineasta norte-americano

²² Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html. Acesso em: 09 jun. 2017.

²³ Disponível em: <http://messagefrompandora.org/>. Acesso em: 09 jun. 2017.

James Cameron; “Democracy”²⁴ e “Belo Monte: after the flood”²⁵ ambos do cineasta e ambientalista canadense Todd Southgate, além de uma série de outros produtos relacionados a temas semelhantes e disponíveis na rede mundial de computadores.

Na tentativa de apresentar um panorama dos diversos atores, sujeitos e movimentos sociais que atuam na Amazônia brasileira nos últimos cinquenta anos, desenvolvemos uma divisão temática estruturada em seis eixos distintos que se inter-relacionam com base em demandas gerais e específicas apresentadas por fatores internos e externos a esses grupos. Para elaborá-la levamos em consideração sua diversidade, constituição histórica, econômica e social, repertório de ações coletivas e contestatórias e uma série de características que dinamizam suas relações de enfrentamento tanto do Estado como de setores privados que de alguma forma acabam se configurando como ameaças no curto, médio e longo prazo para a Amazônia.

Os eixos dos grupos e movimentos sociais estão divididos da seguinte maneira: 1) Movimento Católico Progressista, 2) Movimento(s) e Organizações Indígenas, 3) Organizações Político-Partidárias de Esquerda, 4) Organizações e Entidades Não Governamentais (ONGs), 5) Movimento de Luta por Direitos, e 6) Movimentos Sociais no Contexto de Grandes Projetos. No quadro abaixo sistematizamos as principais características de cada um desses grupos/eixos levando em consideração seus elementos sociais constituintes, seu marco histórico e exemplos mais significativos.

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IQFpohbSxYg>. Acesso em: 09 jun. 2017.

²⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bw4eHUVIMAk&t=13s>. Acesso em: 09 jun. 2017

Eixos dos Movimentos Sociais que atuam na Amazônia brasileira

Grupo e Movimento	Características	Marco histórico
1 – Movimento Católico Progressista	Corrente religiosa ligada à Teologia da Libertação que influenciou fortemente os movimentos sociais na América Latina e em especial na Amazônia, muitos surgidos a partir das discussões de suas Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs).	<ul style="list-style-type: none"> • Concílio Vaticano II (1962); • Encontros e reuniões de religiosos adeptos da Teologia da Libertação na América Latina (anos 1960 a 1980);
2 – Movimento(s) e organizações indígenas	Movimento heterogêneo (formado por grupos étnicos distintos de várias regiões do Brasil) que surgiu na década de 1970 a partir de “assembleias interétnicas” promovidas por entidades católicas (como o Conselho Indigenista Missionário – Cimi) em parceria com outros grupos da sociedade civil organizada.	<ul style="list-style-type: none"> • Assembleias indígenas interétnicas (década de 1970); • Criação em 1987 da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn); • Constituição da República de 1988 (Dos Direitos Indígenas); • Criação em 1989 da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); • I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu (1989); • Cúpula das Organizações Unidas para o Meio Ambiente, ECO 92 (1992); • Criação em 2005 da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

3 – Organizações Político-Partidárias de Esquerda	Em sua maioria ligada a partidos tradicionais da esquerda nacional, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e mais recentemente o Partido dos Trabalhadores (PT). Seus quadros foram de grande importância para o contexto de formação política de trabalhadores rurais no Nordeste e na Amazônia dos anos 1950, 1960, 1970 e 1980, tendo como ponto alto as Ligas Camponesas no Nordeste e a Guerrilha do Araguaia na Amazônia.	<ul style="list-style-type: none"> • Ligas Camponesas (1945 e 1954); • Guerrilha do Araguaia (1970); • Movimento sindicalista dos anos 1980.
4 – Organizações e Entidades Não Governamentais (ONGs)	Surgidas em sua maioria a partir da década de 1990, ratificam o discurso sobre a defesa socioambiental através de parcerias nacionais e internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Cúpula das Organizações Unidas para o Meio Ambiente, ECO 92 (1992).
5 – Movimentos de Luta por Direitos	São movimentos e entidades que têm como principal bandeira a luta por direitos, como os da luta por educação, saúde, moradia, segurança, direitos das mulheres, acesso à cultura etc. Com bandeiras comuns e majoritariamente urbanas, lutam e pressionam as autoridades a realizarem políticas públicas e sociais.	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de Redemocratização do Brasil a partir do início dos anos 1980; • Constituição da República de 1988 (Dos Direitos Sociais).

6 – Movimentos Sociais no Contexto de Grandes Projetos	São movimentos sociais e organizações que atuam na luta contra os grandes projetos desenvolvidos para e na a Amazônia. Articulam-se sob o formato de redes de mobilização, fazendo uso de processos educacionais (não formais) e comunicacionais, publicizando e articulando suas ações através da Internet.	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e articulação a partir do novo ciclo de grandes projetos (ou projetos em grande escala – PGE) feitos para a Amazônia advindos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na última década.
--	--	---

Fonte: Elaboração do autor (2017).

A divisão em eixos temáticos acima não pretende se reduzir em si mesma como uma tipificação definitiva dos movimentos sociais que atuam na Amazônia. Pelo contrário, nosso esforço foi o de sintetizar a atuação desses grupos destacando suas principais características, proximidades e diferenças em um contexto sócio-histórico dos últimos cinquenta anos. Para nós está claro que dada a possibilidade de novas insurgências, com a implantação e construção de diversos projetos (grandes e médios) em toda a região amazônica (e seus inúmeros impactos socioambientais), outros atores e grupos sociais podem surgir juntamente com novas práticas e repertórios de mobilização. No entanto, acreditamos também que a análise realizada neste artigo pode ajudar a descortinar uma diversa gama de movimentos e grupos que atuam na complexa e diversa realidade social da Amazônia brasileira.

Considerações finais

Retomando os argumentos iniciais do presente artigo, apontamos que a Amazônia está no epicentro de várias discussões que marcaram a segunda metade do século XX e hoje são centrais no Brasil contemporâneo. Questões econômicas e sociais das mais variadas ordens, envolvendo projetos governamentais, interesses internacionais, lutas, conflitos, movimentos e uma série de outros elementos que fazem parte do cotidiano amazônico. Relembramos que as contradições das políticas públicas elaboradas para a região foram fundamentais em um cenário crescente de “reação social”, criando as condições para o surgimento de diversos grupos e movimentos que passaram a atuar desde os anos de 1970 na região. A diversidade desses atores e as condicionantes que os criaram ratificam a ideia de que a Amazônia não é um espaço homogêneo, mas, conforme nos diz Ab’Saber (2004), um “subcontinente” de inúmeras variantes sócio-territoriais, ambientais e culturais.

Nela está plasmada uma série de mobilizações e ações contestatórias geradas por protagonistas das mais variadas origens. Compostos por indígenas, religiosos, grupo de mulheres, jovens, ativistas da causa ambiental, populações tradicionais, entidades e organizações não governamentais, sem-teto de áreas urbanas, sem-terra, trabalhadores rurais e ribeirinhos. Tais lutas são fruto de amplas e históricas mobilizações, sobretudo depois da intervenção política e econômica feita na Amazônia após os anos de 1960 com o então governo civil-militar. Entendemos que esse momento é paradigmático e é a partir dele que surgem diversos grupos que mais tarde se tornariam importantes atores sociais de visibilidade nacional e internacional.

Por fim outro elemento que deu uma nova dinâmica a esses movimentos está diretamente ligado à popularização da rede mundial

de computadores – a internet – a partir dos anos de 1990²⁶, quando vários destes grupos começaram a se apropriar dessa nova tecnologia comunicacional, criando diferentes repertórios de atuação e mobilização. Com a consolidação de sua chegada, juntando-se ao fato do acúmulo histórico de movimentos tradicionais da região, surge uma rica e complexa interação: formada por redes de movimentos sociais localizados que se articulam a outras redes nacionais e internacionais constituindo um amplo “emaranhado mobilizacional”.

Entendemos que essas redes são geradas com uma forte interação no seio de grupos organizados que buscam o enfrentamento a ameaças comuns, sobretudo ligadas aos impactos gerados por grandes projetos de infraestrutura desenvolvidos na Amazônia contemporânea visando à exploração maciça de seus diversos recursos naturais, ou seja, as chamadas *commodities*, modificando a dinâmica de resistência contra velhos (e novos) problemas na maior e mais importante floresta tropical do mundo.

Referências

AB’SÁBER, Aziz Nacib. **A Amazônia**: do discurso à práxis. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Aggiornamento* Agônico: a trajetória das instituições religiosas como mediadoras dos conflitos agrários na Amazônia. In: LACERDA, Paula (Org.). **Mobilização social na Amazônia**: a “luta” por justiça e por educação. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

²⁶ É importante apontarmos que para os grupos e entidades radicados na Amazônia brasileira a utilização da Internet ainda demoraria vários anos, tendo em vista que a região foi uma das últimas no país a receber uma infraestrutura telecomunicacional básica. Segundo pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR), o serviço de banda larga só chegou a Amazônia na segunda metade da primeira década dos anos 2000. Disponível em: <https://www.cgi.br/>. Acesso em: 12 de jun. 2017.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: Valer; EDUA; INPA, 2007.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, São Paulo, vol.19 n. 53, jan./abril, 2005.

CARDOSO, Fernando H.; MULLER G. **Amazônia: Expansão do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro; BARROS, José Fernandes; FABRÉ, Nídia Noemi. Conflitos Socioambientais e Identidades Políticas na Amazônia. **Achegas**, n. 37, maio/jun. 2008.

CORREA, Marilene. **Metaformoses da Amazônia**. 1997. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Campinas.

FILHO, A. C.; SOUZA, O. B. **Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira**. Instituto Socioambiental, 2009. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Atlas.pdf. Acesso em: 26 nov. 2014.

FONSÊCA, Lucas Milhomens. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilização na Amazônia: o caso da Hidrelétrica de Belo Monte**. 2018. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GARZON, L. F. N. A quem serve o projeto de Rio Madeira? **Jornal dos Economistas**, n. 215, p. 7-10, 2007.

GODIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, Universidade de São Paulo**, v. 16, n. 45, maio/ago. 2002.

LACERDA, Paula. Movimentos Sociais e escolas: possibilidades de ação conjunta e de fortalecimento mútuo. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (Orgs.): **Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades**. Rio de Janeiro: Mórula, 2017. p. 82-98.

LOUREIRO, Violeta; PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Dossiê Amazônia II, v. 19, n. 54, maio/ago. 2005.

MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1987.

_____. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Orgs.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014.

ORTOLAN MATOS, Maria Helena. **Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari**. 2006. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PAIVA, Ângela Maria Trindade. **Das águas do rio, as mulheres em movimento na defesa do Xingu: a resistência contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira – Oeste do Pará**. 2010. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois**. Bol. Mus. Paraense. Emílio Goeldi. Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia: no rastro do saque**. São Paulo: Hucitec, 1980.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das ideias**. 2. ed. Manaus: Valer, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. Redes de Movimentos Sociais na América Latina: Caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

STELA, Thomas Henrique de Toledo. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980)**. 2009. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, mar./abr. 2013.

VERDUM, R. **As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia brasileira**. Observatórios de Investimentos na Amazônia, Inesc, 2012. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/noticias/biblioteca/textos/obras-do-pac-e-povos-indigenas/>. Acesso em: 26 nov. 2014.